

## **RESOLUÇÃO Nº 120, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017**

*Autoriza o Reajuste Tarifário de 2017 dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários do Estado de Pernambuco, prestados pela Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA.*

**A AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ARPE**, com fundamento na Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003, e alterações, em especial, o inciso I do art. 4º, que indica a competência da ARPE para fixar, reajustar, revisar, homologar ou encaminhar ao ente delegado, tarifas, seus valores e estruturas,

CONSIDERANDO as diretrizes nacionais relativas aos aspectos econômicos da prestação dos serviços de saneamento básico, estabelecidas pela Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, em especial o art. 46, que trata da adoção, pelo ente regulador, de mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais, em situação crítica de escassez hídrica;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 64 do Regulamento Geral do fornecimento de água e de coleta de esgotos, realizado pela Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, aprovado pelo Decreto Estadual nº 18.251, de 21 de dezembro de 1994, e alterações, em especial o Decreto Estadual nº 40.256, de 3 de janeiro de 2014;

CONSIDERANDO os aspectos metodológicos previstos nos artigos 11 e 12 da Resolução nº 88, de 5 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre a metodologia e os procedimentos para a

realização de Revisões Tarifárias e de Reajustes Anuais dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários do Estado de Pernambuco prestados pela COMPESA;

CONSIDERANDO a equação de reajuste tarifário determinada no art. 4º da Resolução nº 89, de 5 de fevereiro de 2014, que homologa o resultado da Revisão Tarifária Ordinária de 2014, referente aos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários do Estado de Pernambuco prestados pela COMPESA;

CONSIDERANDO o pleito da COMPESA, formalizado pela carta CT/COMPESA/DAM Nº 006/2017, de 25 de janeiro de 2017, que originou o Processo ARPE nº 7200046-1/2017, de 26 de janeiro de 2017, complementado pela carta CT/COMPESA/DAM Nº 009/2017, de 13 de fevereiro de 2017, anexada ao referido Processo;

CONSIDERANDO que a ARPE, no exercício das suas funções institucionais, deve ajustar o percentual indicado na Resolução ARPE nº 107, de 18 de fevereiro de 2016, resultante da aplicação das Bandeiras Tarifárias autorizadas pela ANEEL, no período de 1º de fevereiro de 2016 a 31 de janeiro de 2017, visando promover a modicidade tarifária;

CONSIDERANDO que o déficit tarifário identificado com o acréscimo das despesas para fornecimento de água por carros-pipa à população urbana dos municípios com agravamento da crise hídrica, decorre de fato fora do controle da COMPESA, a ARPE, em observância ao Decreto nº 18.251/1994 e alterações, deve proceder aos ajustes necessários, visando preservar o equilíbrio econômico-financeiro do prestador de serviço; e

CONSIDERANDO as análises técnicas realizadas por esta Agência de Regulação contidas na Nota Técnica ARPE/CT nº 03/2017, de 15 de fevereiro de 2017, incorporadas ao Processo ARPE nº 7200046-1/2017;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Autorizar a aplicação do índice de reajuste de **7,88% (sete inteiros e oitenta e oito centésimos por cento)**, nas tarifas dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários do Estado de Pernambuco prestados pela COMPESA, exceto para os clientes cadastrados na Subcategoria Tarifa Social, calculado da seguinte forma:

$$\text{IRT}_{2017} = [0,886 \times (\text{IPCA} \times \text{IDT}_{\text{cp}}) + 0,114 \times (\text{IGP-M} \times \text{FA}_{\text{BTV}})]$$

Onde:

**IRT<sub>2017</sub>** – Índice de Reajuste Tarifário de 2017;

**IPCA** – variação do IPCA acumulada no período de 1º de fevereiro de 2016 a 31 de janeiro de 2017, **no valor de 5,3540%**;

**IDT<sub>cp</sub>** – Impacto da Despesa Total referente ao fornecimento de água (20 litros/habitante/dia) exclusivo por carros-pipa à população urbana dos municípios identificados com agravamento de crise hídrica, por 12 meses, excetuando a Tarifa Social; e à defasagem dos gastos com carros-pipa de agosto/2015 a julho/2016, **no valor de 2,62%**;

**IGP-M** – variação do IGP-M acumulada no período de 1º de fevereiro de 2016 a 31 de janeiro de 2017, **no valor de 6,6471%**; e

**FA<sub>BTV</sub>** – Fator de Ajuste decorrente da compensação das Bandeiras Tarifárias, entre os Ciclos de Reajuste, **no valor de 0,9083**.

**Art. 2º** Autorizar a aplicação do índice de reajuste de **5,43% (cinco inteiros e quarenta e três centésimos por cento)** à tarifa dos clientes cadastrados na Subcategoria Tarifa Social.

**Art. 3º** A COMPESA deverá apresentar, trimestralmente à ARPE relatórios das despesas realizadas com carros-pipa, por município, dos próximos 12 meses, após a aplicação do reajuste, acompanhados dos respectivos registros contábeis, em até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre.

**Art. 4º** As tarifas reajustadas entrarão em vigor em 20 de março de 2017.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Recife, 16 de fevereiro de 2017.

**ETTORE LABANCA**

Diretor-Presidente

**RICARDO FIORENZANO DE ALBUQUERQUE**

Diretor de Regulação Técnico-Operacional no exercício  
cumulativo da Diretoria de Regulação Econômico-Financeira